OBRAS DO AUCTOR:

Populações meridionaes do Brazil — 2.ª edição, São Paulo, 1922.
Pequenos estudos de Psycologia Social — 2.ª edição, São Paulo, 1923.
O idealismo na evolução politica do Imperio e da Republica; São Paulo, 1922.
Evolução do povo brazileiro — São Paulo, 1923.
O occaso do Imperio — São Paulo, 1926.

OLIVEIRA VIANNA

O IDEALISMO DA CONSTITUIÇÃO

1927
EDIÇÃO DE
TERRA DE SOL
RIO DE JANEIRO

OPINIÃO E GOVERNO

O ultimo movimento grevista dos mineiros inglezes nos deixou ver, no segredo das suas molas interiores, o mecanismo da opinião ingleza — dessa opinião que tem sido, ha cem annos, o embeleco dos nossos chamados espiritos liberaes. Elle mostrou que o fundamento principal da opinião britannica está no espirito de cooperação e na solidariedade das classes. Esta é que dá á opinião popular britannica o seu caracter propriamente *democratico*, isto é, o seu poder coercitivo sobre os detentores eventuaes dos apparelhos do governo. Mesmo sem a revelação das ur-

nas, mesmo sem o voto, um grupo poderoso de interesses, fortemente congregados, representando uma massa de quasi cinco milhões de homens, conseguiu — pela força exclusiva da sua solidariedade — impôr a sua opinião ao poder organizado.

Donde se póde concluir que o voto não é condição essencial para que a opinião popular se possa manifestar e — o que é mais — impôr-se, ou fazer-se ouvida e attendida. Eu avançarei mesmo que não seria absurdo imaginar-se a possibilidade de uma perfeita democracia funccionando sem eleições...

Os nossos politicos e publicistas, em grande maioria, parece que não pensam assim. Para elles tudo numa democracia reside no voto, depende do voto, resolve-se pelo voto. Ha cem annos, não têm feito outra coisa senão organizar o voto, preparar o voto e... corromper o voto. São votomanos, votólatras e votóparos. Todas as vezes que pensam no problema da democracia, a primeira idéa que lhes acode é o voto (e parece que não lhes acóde mais nada). Dentro da cabeça de cada um, ha sempre,

em estado hibernante, esperando o momento para brotar, a semente ou a gemmula de um systemazinho eleitoral. Cada um tem o seu — chocadinho, mimadinho, tratadinho. É de vel-os, bracejantes, ardentes, gritarem a plenos pulmões: *Organizemos o voto! Saneemos o voto! Moralizemos o voto!* E ficam nisto, e limitam-se a isto, e não sáem disto. Entretanto, nenhum delles se lembra de gritar a palavra justa, a palavra verdadeira, aquillo que devia ser gritado aos quatro cantos do paiz: *Organizemos a opinião!*

Porque isto é que é o essencial. Democracia é o governo da opinião. Ora, não é preciso genio para reconhecermos que o voto é apenas *uma* forma porque a opinião do povo se revela e se impõe ao Poder; mas, não a forma *unica*, e nem sempre a melhor forma, ou a forma mais efficiente. Ha muitas outras modalidades de expressão da opinião popular, isto é, muitos outros meios pelos quaes a opinião popular se mostra capaz de forçar o Poder a obedecel-a.

Na Inglaterra grande numero de refor-

mas são realizadas sem nenhuma previa manifestação eleitoral, apenas por simples acção compressiva, exercida pela opinião publica sobre o Parlamento.

Em nossa historia temos tambem bellos exemplos disto. Direi mesmo que os nossos maiores movimentos de opinião — como o movimento abolicionista, por exemplo — fizeram a sua carreira e impuzeram-se ao Poder extra-eleitoralmente; quero dizer: fóra da manifestação das urnas, independentemente dellas.

Realmente, o triumpho do movimento abolicionista foi um legitimo triumpho da opinião publica; mas, esta opinião publica triumphou, não porque, por meio da famosa «manifestação das urnas», elegesse expressamente uma camara abolicionista, e sim porque, no espaço que medeia entre 84 (fracasso do projecto Dantas) e 88 (advento do gabinete João Alfredo), conseguiu fazer com que um Parlamento hostil á idéa abolicionista se visse moral e politicamente coagido a tornar-se um Parlamento favoravel á idéa abolicionista.

Foi este, por certo, em nossa historia,

o mais bello caso daquillo que os politicos inglezes chamam a — *pressure from without*, a pressão vinda do povo, a força coercitiva da opinião popular, obrigando, forçando, coagindo os detentores do Poder a obedecel-a.

Mesmo agora, nós estamos vendo o governo, se não recuar, pelo menos revelar espirito de transigencia e mostrar-se propenso a ouvir os reclamos da opinião, deante do movimento, aliás informe e inorganico, das nossas classes productoras contra o imposto da renda. Se este movimento tomar corpo e vencer (e vencerá se houver persistencia e solidariedade das classes interessadas), estaremos deante de um novo caso de *pressure from without*, á bôa maneira anglo-saxonia — em que, *independentemente de qualquer manifestação pelas urnas*, sem nenhuma renovação dos quadros dos poderes dirigentes, a nossa rudimentarissima opinião popular — pela simples acção moral do seu protesto, *expresso por orgãos legitimos* — pôde coagir o Poder a ouvil-a e a attendêl-a [1].

[1] v. adeante:— *O poder da opinião.*

Democracia é isto. Como se vê, ella póde perfeitamente realizar-se sem eleições e mesmo sem eleitores. Eleições e eleitores não são coisas principaes numa democracia; são meios para attingir o fim, — e não são nem o meio unico, nem o melhor dos meios. O que é principal numa democracia é a existencia de uma opinião organizada.

O PODER DA OPINIÃO E AS FONTES DA OPINIÃO

O PODER DA OPINIÃO E AS FONTES DA OPINIÃO

O principal numa democracia — já o disse nas paginas anteriores — é a existencia de uma opinião organizada, de que o voto seja apenas uma manifestação espaçada: periodica e não principal. O modo principal, mais significativo, mais efficiente, de manifestação da opinião organizada é essa sorte de pressão moral exercida pelas agitações populares, quando racionalmente conduzidas, como no caso da campanha abolicionista, em que vemos a opinião do povo dominar a opinião do Parlamento recalcitrante pela força exclusiva

de uma pressão moral — e não por meio de qualquer manifestação eleitoral.

Outros citam tambem, como exemplo desta pressão popular, o movimento da Independencia, o 7 de Abril, a Maioridade, a Federação e a Republica.

Não sei si seria muito exacto considerarmos puras victorias da opinião a Republica e a Federação [1]; mas, o 7 de Abril e a Independencia podem ser considerados como taes, apesar das apparencias militaristas do primeiro.

Poderiamos citar outro exemplo, este muito recente, do poder compressivo da opinião: a nossa entrada na grande guerra. O nosso governo estava recalcitrante em avançar este passo. Houve, porém, um largo movimento da opinião em favor da nossa participação. Os jornaes alliadophilos, que eram quasi toda a nossa imprensa, exploravam com admiravel insistencia esse fundo nativo de sympathia que temos pela França. Por fim, deu-se a intervenção

[1] V. Oliveira Vianna — *O occaso do Imperio*, cap. I e III.

de Ruy, com a sua eloquencia e a sua dialectica — e isto nos acabou por impellir decisivamente para o lado da velha nação latina e dos seus alliados. O governo teve que ceder a esta pressão poderosa da opinião publica — e a politica da neutralidade encarnada em Lauro Muller cedeu o logar á politica da guerra encarnada em Nilo Peçanha.

É um facto de hontem; mas toda a nossa historia politica está cheia de factos eguaes.

Eu tiro então de tudo isto uma conclusão muito differente do juizo que todos costumamos fazer das relações entre a opinião e o governo em nosso paiz. Este juizo corrente é de que os nossos governos andam sempre divorciados da opinião. Ora, eu vejo justamente o contrario disto: os nossos governos (e quando digo os nossos governos entendo o longo periodo da nossa historia independente) se têm mostrado de uma extrema sensibilidade ás manifestações da opinião.

Ha apenas uma condição a estabelecer: é que essa sensibilidade á opinião só se dá

quando esta opinião se revela de uma maneira realmente popular, através das suas fontes legitimas.

Escrevo «fontes legitimas» — e o faço de proposito; porque o centro da questão está ahi. No Brasil, só ha até agora para a opinião publica duas fontes de jacto continuo — a imprensa e os partidos politicos. Todas as outras são de jacto intermittente, actuando, ás vezes, com intervallos enormes.

Em boa verdade, a simplicidade é ainda maior e podemos dizer que só ha realmente uma fonte da opinião: a dos partidos politicos; porque a imprensa é antes uma expressão da opinião dos partidos do que uma fonte independente e propria. Ora, os partidos manifestam a sua opinião de duas formas: pelas maiorias e minorias legislativas e pela imprensa governista e opposionista. Neste mecanismo simplicissimo está contido todo o nosso systema de fontes da opinião, da especie jacto continuo. Todo o dynamismo por assim dizer quotidiano da nossa democracia vem

dahi — e só excepcionalmente e extraordinariamente vem de outras fontes.

Deste systema de fontes da opinião, eu afasto, para argumentar, as maiorias parlamentares e a imprensa governista — porque ambas, representando o pensamento dos governos, não figuram como agentes modificadores deste pensamento. Ficam em campo apenas estes dois elementos: a imprensa opposicionista e as minorias parlamentares. Estas é que passam a representar então a «opinião do povo» — e são ellas que forçam por dobrar á sua feição o pensamento dos governos.

Conseguem? Não. Porque? Porque, *aos olhos dos governos*, não são fontes legitimas da opinião — e sim fontes suspeitas, inspiradas nos despeitos, nas animosidades e nos odios partidarios.

Os governos têm razão em pensar assim?

Não me compete verifical-o. O que sei é que elles pensam assim — e, por isso mesmo, a estas revelações da opinião elles não se julgam no dever de attendel-as: para estas a sua insensibilidade é manifesta; não

ha negal-o. Todas as vezes, porém, que a estes movimentos da opinião, de caracter estrictamente partidario, ajuntam-se outros movimentos da opinião, vindos de outros campos da vida social ou publica, os nossos governos tornam-se, ao contrario, de uma extrema sensibilidade á pressão popular — e cedem facil e rapidamente, como já vimos.

O grande mal está justamente nisto, está em que todas essas fontes da opinião popular, *de caracter não partidario*, agem, em nossa democracia, sempre com uma feição intermittente, descontinua, irregular, excepcional. Todo o problema está em tornal-as permanentes; quero dizer: em tornal-as — fontes de jacto continuo (1).

(1) v. adeante:— *Opinião e governo.*

O PAPEL POLITICO DAS CLASSES ECONOMICAS

O PAPEL POLITICO DAS CLASSES ECONOMICAS

Ha um anno, pelos meiados de 1926, assistimos um acontecimento da maior significação no ponto de vista do desenvolvimento do espirito democratico: quasi simultaneamente, o Commercio e a Industria de São Paulo, pelos seus orgãos legitimamente representativos, realizaram duas conferencias, uma no Rio e outra na capital paulista, respectivamente com o presidente da Republica e com o presidente do Estado, para o fim de assentarem as medidas que estes deviam tomar em favor dos interesses daquelles, fortemente abalados

pela grave crise de numerario em que então se debatia a praça.

É preciso observar que esta grave crise de numerario resultou da acção do governo sobre o nosso apparelhamento monetario, sobre os meios em que se exercita a actividade bancaria do paiz. Esta acção do governo obedecia a uma certa politica, a um certo plano, maduramente estabelecido nos bastidores da administração geral.

Ora, posta em acção, esta politica começou a lançar a perturbação no campo das nossas actividades economicas. Os interesses da Industria e do Commercio e, pela repercussão destes, os interesses da Agricultura, começaram a se resentir della e entraram a atravessar um cyclo de alarmante gravidade, de que as successivas fallencias e concordatas preventivas, algumas de empresas poderosas, eram claros symptomas denunciadores.

Era preciso então levar o governo a mudar de rumo, a quebrar a sua directriz, em summa, a renunciar a sua politica financeira. Os grandes interesses economicos tinham que agir com presteza e energia

para levar o governo a modificar a sua attitude.

Como realizaram este objectivo? O meio de que se utilizaram é uma prova da sensivel evolução por que está passando a mentalidade das nossas classes economicas, ou melhor, a mentalidade dos seus grandes *leaders*.

Logicamente, este movimento junto ao Poder devia caber aos que, pela ficção do regimen representativo, costumamos chamar «os representantes do povo». Pois bem, as duas grandes classes productoras, attingidas assim pela politica do governo, dispensaram-se, quasi sem dar por isto, destes intermediarios naturaes entre ellas e o Poder — e foram *directamente* ao Poder expor-lhe as crúas realidades da situação e, ao mesmo tempo, suggerir um plano de medidas necessarias á conjuração da crise. Os dois presidentes as ouviram com attenção e benevolencia, acceitaram, num livre debate, os alvitres dos interessados, que eram alvitres de technicos e de entendidos — e deste entendimento amistoso resultou a promessa de uma série de medidas

de emergencia, que importavam, entretanto, numa franca modificação da politica financeira até aquelle momento seguida pelo governo.

Este movimento das classes industriaes e commerciaes não parece ter sido considerado na sua verdadeira significação; mas, para mim, elle abre uma phase nova na vida da nossa rudimentar democracia, assignala o começo de uma profunda transformação dos nossos costumes politicos. Eu vejo nelle o primeiro passo para a constituição, *com caracter permanente*, junto ao Poder, dos orgãos consultivos das nossas classes economicas. Tudo está em reiterar este expediente, tornal-o uma praxe, fixal-o em costume, organizal-o em tradição.

Quem estuda em Guizot as origens do regimen parlamentar, verá que os parlamentos começaram assim — como simples delegações de classes sociaes junto do Poder, primeiro com caracter excepcional, depois com caracter periodico e permanente. O expediente do momento normalizou-se, incorporando-se ao quadro das instituições

politicas e gerando os parlamentos modernos.

Estes, porém, depois de um cyclo de esplendor e força, começam evidentemente a entrar numa phase de evidente involução. Passaram a ser apenas a expressão dos interesses dos grupos partidarios, isto é, daquelles grupos sociaes, cuja razão de ser é a conquista do Poder.

Os grandes interesses nacionaes, taes como os interesses da vida economica, estes estão procurando outros orgãos de expressão mais competentes, mais efficazes, mais representativos do que as corporações estrictamente politicas.

É um movimento se está operando em todo o mundo e que, aqui, tambem se começa a revelar, sem nenhuma outra causa explicativa, sinão a propria força das circumstancias, a força das proprias condições do meio e do momento. Os parlamentos deixam ver cada vez mais a sua inutilidade, a sua imprestabilidade como orgãos auxiliares do governo politico das sociedades. Em compensação, cada vez mais se generaliza a praxe do entendimento *directo* do go-

verno com os orgãos representativos dos grandes interesses sociaes. Estes interesses sociaes, que, até então, se entendiam com o poder por intermedio do Parlamento, dos «mandatarios do povo», como se dizia (e penso que ainda se diz...); estes interesses agora já passam a procurar o proprio Poder, a debater, frente a frente com elle, num ambiente de perfeita cordialidade, os seus direitos, a expor as suas necessidades, a suggerir-lhe os seus planos de acção, com um conhecimento de causa que nenhum dos chamados «representantes do povo» poderia, em caso algum, possuir.

Os homens de Estado, verdadeiramente empenhados em realizar a prosperidade nacional, em corresponder á confiança do paiz, em deixar de si alguma cousa perduravel e fecunda, encontram nestas delegações de classes, que, em torno delles, se vão organizando a mais preciosa fonte de inspirações á sua actividade administrativa. Os parlamentos vão sendo insensivelmente postos de lado e não sei si seria exaggerado dizer que se estão tornando progressivamente um apparelho inutil e dispendioso.

Os homens de governo, que querem fazer administração e não politica, não encontram nelles nenhuma fonte segura e sadia de orientação, capaz de norteal-os na gestão dos negocios publicos.

Esta decadencia dos parlamentos e a crescente importancia das delegações de classes nos conselhos do governo têm a sua explicação na propria estructura das sociedades modernas. O advento da grande industria, os modernos processos de negocios, as grandes concentrações commerciaes, a crescente industrialização do trabalho agricola, etc., deram aos interesses economicos, que são os interesses vitaes da sociedade, uma complexidade tal de organização e de technica que elles se tornaram, por isso mesmo, logicamente, fóra do alcance das corporações puramente politicas, cujos elementos componentes só conhecem bem o manejo dos interesses eleitoraes e só têm realmente contacto com os meios partidarios.

O que devemos desejar é que as nossas classes sociaes, não só as economicas como todas as outras, comprehendam essas realidades do nosso tempo e, a exemplo do

que acabam de fazer as classes industriaes e commerciaes, saibam collocar-se, pela sua organização e pela sua solidariedade, á altura da nova missão politica que as espera.

ORGANISAÇÃO DEMOCRATICA DAS CLASSES ECONOMICAS

ORGANISAÇÃO DEMOCRATICA DAS CLASSES ECONOMICAS

No manifesto do Partido Democratico, recentemente fundado em São Paulo, figura comc um dos itens do seu programma o seguinte ponto:

— «3.º *Vindicar para a Lavoura, para o Commercio e para a Industria a influencia a quem tem direito, por sua importancia, na direcção dos negocios publicos*».

Eu já tive occasião de mostrar a situação real das nossas grandes classes economicas defronte das organizações partidarias e politicas do paiz. Disse que, se a Lavoura, o Commercio e a Industria não tinham influencia na direcção dos nego-

cios publicos, a culpa não era de ninguem mais senão dessas tres grandes classes productoras [1].

O modo por que está redigido o 3.º item do programma democratico, aquelle emprego da palavra — *vindicar*, tudo dá a entender que a realidade é outra: parece querer dizer que a Agricultura, o Commercio e a Industria estão sendo usurpados ou constrangidos no seu direito de intervir nos negocios publicos, de influir nelles, de dirigil-os — o que não me parece inteiramente exacto.

O que é inteiramente exacto é que se aquellas tres classes productoras não têm nenhuma influencia no governo é simplesmente porque não querem ter, ou porque não sabem ter, ou — o que é mais certo — porque não estão em condições de ter. O caso não é propriamente de esbulho ou de injustiça; o caso é antes de incapacidade ou de negligencia. Porque para estas classes só ha um modo de influirem no go-

(1) *v.* cap. anterior; *O idealismo da Constituição*, § VII.

verno: — é apresentarem-se deante delle como uma massa de interesses conscientes de si mesmos, solidarios e unidos como as moleculas de um bloco — e isto todos nós sabemos que não se dá. Os grandes proprietarios territoriaes do paiz — os que cultivam o café, os que cultivam a canna, os que cultivam o algodão, os que cultivam o cacau, os que criam rebanhos nos carrascaes do Norte, nos campos do Centro, nas planicies do Sul — nenhum delles sabe o que é solidariedade de classe, nenhum delles sente o valor dessa solidariedade, nenhum delles parece ter percebido a força formidavel que ella encerra, a sua incomparavel repercussão sobre a vida economica, sobre a vida social e sobre a vida politica: estão todos atravessando uma especie de phase atomistica, tendo apenas entre si a relação material da proximidade ou da contiguidade, mas inteiramente indifferentes uns aos outros no tocante aos interesses communs — aos interesses de classe.

Não muito differente desta é a situação do Commercio e da Industria. Uma e outra, embora um pouco menos que a agri-

cola, tambem são classes dissociadas — classes em estado atomistico. Dahi para todas as tres a nenhuma influencia no governo politico do paiz. No primeiro ensaio deste volume — *O idealismo da Constituição*, eu penso ter demonstrado este ponto de modo irrespondivel.

O que presumo é que os organizadores do Partido Democratico estão reflectindo apenas o ambiente paulista, onde as classes productoras, direi melhor, onde a classe agricola, composta dos poderosos senhores de latifundios caféeiros, parece ter a possibilidade de tornar-se, de uma hora para outra, *desde que queira*, uma possante organização politica perfeitamente autonoma, isto é, capaz de libertar-se das pequenas aggremiações politicantes locaes, que lhe parasitam a seiva e o prestigio. Seria, porém, illusão suppôr esta possibilidade extensivel a todo o Brasil. Fóra de São Paulo, de norte a sul, o estado atomistico, de que falei acima, domina por inteiro a estructura de cada uma das nossas tres grandes classes economicas.

E por isso que a obra mais benemerita,

que este pugilo de batalhadores poderia prestar ao Brasil, não seria propriamente o bater-se pela adopção do voto secreto — pura miragem destinada a desvanecer-se como todas as outras miragens anteriores. O que a nova aggremiação partidaria poderia fazer de mais benemerito seria uma obra, não de acção politica, mas de acção social—e seria isto: impellir as classes productoras do Brasil no sentido da solidariedade e da organização.

O dia em que cada uma dessas classes tiver apprendido a arregimentar-se para a sua propria defesa; o dia em que cada uma adquirir a viva consciencia da solidariedade dos seus interesses geraes; o dia em que em cada localidade do Brasil houver uma associação agricola, uma associação commercial, uma associação industrial, e em que todos esses pequenos nodulos de solidariedade profissional se acolchetarem, se syndicalizarem, se congregarem em vastas Federações Estaduaes ou Nacionaes; neste dia teremos preparado a materia prima dos verdadeiros partidos politicos. Emquanto não conseguirmos isto, os partidos, que

queiram gravitar em torno de programmas e não em torno de pessoas, serão sempre puras creações artificiaes e, por isso, ephemeras. Todas as nossas tentativas de organização partidaria têm fracassado justamente porque lhes tem faltado sempre esta trama viva das organizações de classe, que é a base anatomica, o tecido cellular dos grandes organismos partidarios inglezes e americanos.

O 3.º item do programma democratico deveria ser redigido assim, de uma maneira compendiosa, mas muito mais proxima da verdade do que a primeira:

— «3.º *Pugnar, por todos os meios capazes de convicção e arrastamento, junto a Lavoura, o Commercio e a Industria para que estas classes productoras realizem o mais rapidamente possivel a sua organização economica e profissional, de modo a poderem exercer a influencia a que têm direito, pela sua importancia, nos negocios publicos*».

O Partido Democratico ficaria assim com uma missão social, cujo exito seria

immensamente superior ao da sua missão politica.

Eu não quero discutir aqui se é ou não é possivel levar as nossas classes economicas á pratica da solidariedade. Direi apenas que, se esta solidariedade puder um dia ser conseguida, poderemos esperar tranquillos o advento da Democracia no Brasil. Mas direi tambem que, se não fôr possivel realizar esta solidariedade, é preciso que renunciemos então a esperança de assistirmos o advento da Democracia no Brasil. Porque a pedra de toque da possibilidade do governo do povo pelo povo em nosso paiz (é este tambem um dos pontos do programma do novo Partido), está nisto: na capacidade das nossas classes productoras de organizarem-se economicamente.

Sem isto, o melhor é contentarmo-nos com o que está: — com o governo do povo por olygarchias broncas, que todos os espiritos capazes de idealidade deverão pugnar para transformar em olygarchias esclarecidas.